

conversas

ROBERT B. J. WALKER



Rob B. J. Walker, um dos mais proeminentes teóricos de relações internacionais da atualidade, é, como seria de se esperar, um polemista. Em sua obra mais conhecida, *Inside/Outside: International Relations as Political Science* (1992, Cambridge University Press), o britânico sustenta a corajosa tese de que a disciplina de relações internacionais tenha se apropriado mimeticamente dos instrumentos de estudo da ciência política. Para tanto, promove uma verdadeira “desconstrução” do conceito histórico de soberania. Rob Walker, além de lecionar nas Universidades de Victoria, no Canadá, e de Keele, na Grã-Bretanha, é editor da revista *Alternatives: Global, Local, Political*. No momento, encontra-se em estágio adiantado de elaboração a sua nova obra – *After the Globe/Before the World* – com lançamento previsto para breve.

Em passagem pelo Brasil, Walker falou sobre política internacional, Brasil no mundo, espaço, tempo e Modernidade. Acompanhe conosco esta especialíssima conversa.

O Debatedouro: *Qualquer um de seus leitores poderá perceber o grande interesse – manifesto em seus escritos – por pontos de partida normativos – em especial, aqueles referentes ao estudo da política da Modernidade. O Sr. diria que as leituras canônicas de Maquiavel e Hobbes ainda propiciam insights úteis para a compreensão das condições em que se faz possível a política na Modernidade?*

Rob Walker: Eu realmente passo bastante tempo tratando de pontos de partida, já que eles são sempre difíceis. Se alguém escreve sobre a Soberania e os efeitos, como eu faço, não se poderá evitar uma apreciação dos princípios e dos fins, além do que ocorre nos meios. A teoria das relações internacionais, a meu ver, está muito mais preocupada com os fins – quais sejam, o estabelecimento de sociedades democráticas e pacíficas internamente -, ainda que para tal seja necessária a guerra. As pessoas costumam chamar a essa abordagem de canônica.

Na tradição política da Modernidade, Hobbes e Maquiavel estavam particularmente preocupados com princípios, com pontos de partida. Então, naturalmente, penso que seja válido despendermos um bom tempo com eles. Não que devamos seguir as leituras convencionais que se fazem deles, as suas conceituações estáticas, mas, sim, buscar perceber o que se encontra por trás de suas prescrições – ou seja, os pontos de partida normativos, dadas as ambições e visões de mundo das sociedades em que se encontravam imersos. É interessante acompanhar a maneira como eles tentaram estabelecer novas fundações, novos pontos de partida, a partir dos quais

se pudesse construir o novo. Esse é exatamente o problema de Maquiavel: como construir algo novo. Maquiavel não é propriamente um teórico político aplicável a qualquer tempo e espaço, como se costuma pensar. Os primeiros capítulos de “O Príncipe” denotam como o autor tinha a intenção de criar algo novo a partir do “zero” – à moda dos artistas renascentistas. Ele tenta criar algo do “zero”, em um contexto em que se cria piamente que apenas Deus pudesse fazê-lo. Pela crença ferrenha no humanismo, Maquiavel foi capaz, ele mesmo, de criar o novo, que se perpetuou no tempo. Hobbes, mais tarde, partindo de um diagnóstico liberal e moderno de como as pessoas são, projetou a imagem do “estado de natureza”. Projetou como seria a vida no princípio, considerando como somos hoje.

Hobbes e Maquiavel são teóricos atentos aos pontos de partida normativos. Ironicamente, as teorias das relações internacionais não são. Para elas, os pontos de partida já se encontram dados. Ou iniciamos em 1648 [Westphalia], ou assumimos que as coisas sempre têm sido desta maneira...

“A teoria das relações internacionais, a meu ver, está muito mais preocupada com os fins – quais sejam, o estabelecimento de sociedades democráticas e pacíficas internamente -, ainda que para tal seja necessária a guerra. As pessoas costumam chamar a essa abordagem de canônica.”

OD: *Em seu polêmico ensaio "Inside/Outside: International Relations as Political Science", o Sr. afirma que a teoria de relações internacionais (TRI), partindo de uma dada configuração espaço-temporal (isto é, da idéia moderna de Soberania), não seria um bom "lugar" para encontrarmos respostas – ao contrário, a TRI poderia ser melhor concebida como um importante elemento do "problema político da Modernidade". Elabore algumas considerações sobre a dinâmica entre teoria política e relações internacionais.*

RW: Em meu livro, sustento que a teoria das relações internacionais (TRI) não é um bom lugar para procurarmos respostas sobre as relações internacionais modernas. É uma afirmação provocativa, que provavelmente foi superdimensionada. Emerge da minha insistência em que a TRI é produzida a partir de uma configuração espaço-temporal muito particular, atada a um contexto histórico e situacional. De fato, a TRI expressa nada mais que as "grandes narrativas" sobre princípios e fins, sobre origens e limites. Eis a característica da própria idéia de soberania moderna, que é uma projeção de uma dada identidade espaço-tempo.

A rigor, todas as teorias de relações internacionais estão, de um certo modo, conectadas ao grande debate entre realistas e idealistas – que embute as duas grandes formas de idealização do Estado moderno. Desse modo, eu tento ler as teorias de relações internacionais, antes, como um *efeito* da idealização do Estado soberano moderno, mas não como um *lugar* donde se extrair respostas para o "problema" das relações internacionais. Cada vez mais eu me encontro persuadido em relação a este tipo de leitura. Entendo que quanto mais as pessoas tentem disciplinar a disciplina – em nome de uma autoridade convencional –, mais a TRI tratará do "dever-ser", e menos do "ser".

OD: *Durante o tempo de sua estada no Brasil, o Sr. mencionou algumas vezes que este é um local privilegiado para observarmos "o global penetrando o local". Como o Sr. costuma dizer, "o mundo está aqui, e o Brasil também está lá". Desenvolva a sua reflexão.*

RW: Estar no Brasil, como estar em muitos outros lugares (não necessariamente em lugares identificados com pertencentes ao Terceiro Mundo), oferece uma imagem interessante do que é permanecer fixado a categorias estanques como "internacional" ou "nacional", "local" ou "global". O "grande discurso" encoraja-nos a fazer uma distinção dualista entre um e o outro: ou você é globalista, ou é localista; ou é nacionalista, ou é internacionalista. E, curiosamente, não existe espaço *entre* as duas categorias.

Boa parte de meus trabalhos teóricos e de minhas observações empíricas busca assinalar como

as disjuntivas ["ou-ou"] podem ser enganosas. No nível observacional, é simples perceber, no Brasil, como o internacional penetra as fronteiras do país. Caminhando nas praias do Rio [de Janeiro], pelas favelas, conhecendo os modos de comércio que se estabelecem nas ruas, percebe-se o global penetrando o local de uma maneira totalmente imprevista pelos teóricos das "grandes narrativas" de relações internacionais. Uma análise mais complexa e sofisticada poderia deixar isso ainda mais evidente. Há formas políticas que exorbitam a concepção soberanista schmittiana de inclusão/exclusão. As jurisdições estão entrelaçadas. Há inúmeros casos de hibridismo local/global, nacional/internacional, para os quais devemos ser sensíveis. Parece difícil para os teóricos de relações internacionais perceber que podemos, simultaneamente, estar "aqui" e, também, "lá".

Isso não importa dizer, por outro lado, que os Estados estejam ficando mais fracos, ou que os nacionalismos se tenham tornado irrelevantes para um teórico, ou que as fronteiras estejam desaparecendo. Não nos podemos deixar levar por esse tipo de chantagem discursiva, pois, como já afirmei, os códigos das relações internacionais podem ser bastante enganosos para o propósito de uma fidedigna apreensão do mundo ao nosso redor. Eu derivaria de minha análise que, ao contrário, o Estado e a nação têm-se tornado elementos teóricos ainda mais importantes. Contudo, a questão das divisas estanques entre o interno e o externo, o nacional e o internacional, não tem a mesma simplicidade de outrora.

"Estar no Brasil oferece uma imagem interessante do que é permanecer fixado a categorias estanques como "internacional" ou "nacional", "local" ou "global". O "grande discurso" encoraja-nos a fazer uma distinção dualista entre um e o outro: ou você é globalista, ou é localista; ou é nacionalista, ou é internacionalista."

OD: *Observando a cena contemporânea internacional, o filósofo francês Paul Virilio chegou a vaticinar que a "cronopolítica" estaria substituindo a tradicional "geopolítica" (ou seja: a dimensão do tempo seria, hoje, mais importante do que a dimensão do espaço). Sabidamente, tempo e espaço são dois elementos centrais à sua teorização. Como o Sr. analisa as palavras de Virilio?*

RW: Esta é uma temática comum nos dias de hoje. Não é nova, certamente. Marx tinha uma versão para tal. Muitos dos teóricos do desenvolvimento, também. E uma visão particularmente interessante dessas relações espaço-tempo há de ser encontrada nos trabalhos de Max Weber. Muito de minha própria produção acadêmica está referenciada a como

entender a soberania moderna e as suas relações com as dimensões do tempo e do espaço.

Há um modo fácil de se traçar as conexões entre o tempo, o espaço e a política. Possivelmente, Virílio cai nessa categoria. "Era uma vez o Espaço... e agora, há o Tempo!" Para esses pensadores, a Modernidade foi organizada espacialmente, ao passo que a pós-Modernidade é organizada temporalmente. Considero essa versão simplista. A Modernidade europeia do século XV não está calcada somente na dimensão espacial, e sim em uma apropriação muito específica das inter-relações espaço-tempo (legatária das concepções euclidianas, galiléicas e newtonianas), que tornou possível a emergência da noção de tempo linear. Atentar para o fato de que, entre os renascentistas, são forjados os instrumentos de medição do tempo linear, como os relógios, em substituição à vela (instrumento comum nos mosteiros medievais). Doravante, a noção de tempo linear é transplantada para as fábricas, para a vida urbana, etc. Logo, cumpre perceber que, na Europa do século XV, não se dava propriamente a predominância do espaço sobre o tempo, mas uma relação muito específica entre o tempo e o espaço.

Assim, eu não acho que estejamos nos movendo na direção do *tempo*. Já no século XVIII, pudemos observar uma reconstrução do tempo como História. De Kant a Hegel a Marx, passamos a trabalhar com uma noção de história linear. É necessário que não tentemos substituir o espaço pelo tempo, e, sim, que busquemos identificar as novas relações entre tempo e espaço. Há novas formas e fenômenos tomando lugar no mundo, o que torna extremamente difícil a distinção entre as duas dimensões. Há uma rearticulação dessas duas categorias. Mas não se deve depreender, daí, que estejamos migrando de um mundo de fixidades para um mundo de fluxos.

OD: *O Sr. frequentemente recusa que rotulem os seus trabalhos de "pós-modernos" ou "pós-estruturalistas". Em sua opinião, que contribuição, afinal, os teóricos (ditos) "pós-" têm a prestar ao estudo acadêmico da Soberania moderna?*

RW: Sou um pós-estruturalista? Sou um pós-modernista? Sou isso? Sou aquilo? Eu não sei. Em verdade, acho que não me importo com isso. Mas há algo a que eu quero resistir. Quero resistir a um tipo de rotulação que faz com que as pessoas me enquadrem em categorias. O meu trabalho é profundamente influenciado por autores tidos como pós-estruturalistas. Mas não somente eles. Também

me sinto influenciado por minhas leituras sobre a história europeia e a história da ciência, por fenomenologistas como Husserl e Gaston Bachelard, pelos escritos de Michel Foucault. E absorvi essa carga antes de a indústria de massas transformar o rótulo "pós-[alguma coisa]" em uma das marcas mais vendidas no mercado, lá pelos fins da década de 1980, início dos anos 1990.

No contexto das relações internacionais, eu reajo fortemente a todo o tipo de manual (*textbook*) que intente caricaturar as posições dos teóricos – não apenas dos pós-estruturalistas, dos teóricos críticos ou dos pós-modernistas, mas também dos neoliberais, dos neo-estruturalistas, dos neo-institucionalistas, e assim por diante. São maneiras de conferir fixidade a formas muito complexas de argumentação que, obviamente, admitem muitas variações ontológicas *entre* elas e *dentro* delas mesmas. Eu reajo ao modo como esse rótulos são relacionados aos "ismos", às posições pré-fabricadas. Pessoalmente, eu preferiria ser identificado com a imagem de alguém preocupado em dissecar o conceito de soberania, os seus elementos subjetivos e as inter-relações resultantes, dentro de um quadro de circunstâncias sociais e históricas.

É interessante notar que o "jogo dos rótulos" é um desdobramento do "jogo da soberania". Em Hobbes, tem-se que poder político está claramente conectado com o conhecimento. Hobbes relaciona as formas de autoridade política às formas de conhecimento que devem existir para a configuração da política moderna. Ele sabe, melhor do que ninguém, o que implica definir algo como "verdadeiro". O que implica definir algo como "pós-estruturalista". O que implica definir algo como "realista". E sabe também que as definições não são formas de resolver os problemas da política, e sim de evadi-los. Eu imagino que é exatamente isso o que os manuais fazem quando dispõem uma lista de tipos e rótulos, e encaixam pessoas e idéias dentro dessas categorias: eles estão fugindo do problema.

"Sou um pós-estruturalista? Sou um pós-modernista? Sou isso? Sou aquilo? Eu não sei. Em verdade, acho que não me importo com isso. Mas há algo a que eu quero resistir. Quero resistir a um tipo de rotulação que faz com que as pessoas me enquadrem em categorias."